
Tradição Indígena e Ocupação Sustentável da Floresta

Ailton Krenak*

Enquanto a BR 364 cortava o seu traçado entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Porto Velho, Rondônia, uma grande região preservada da Amazônia tremia ante a fúria das máquinas empreendedoras.

Ao longe, lá nas margens do Roosevelt, o belo rio que atravessa o território dos nossos parentes Cinta-Larga, as grandes malocas pontuavam a ocupação tradicional de um povo da floresta. Mais para o sul, um outro extenso território, habitat do povo Suruí, acolhia a nação Paiter, já há alguns milhares de anos.

Estamos hoje a apenas 20 anos desta saga amazônica que, a pretexto de levar o desenvolvimento aos mais distantes rincões da nossa pátria, dilacerou uma das mais belas regiões do planeta: Rondônia - aquela região que arde aos olhos do mundo.

Em outubro de 1988, conversando com um amigo, diretor do Instituto Estadual de Florestas da Rondônia, ouvi a afirmação de que as últimas ilhas de cobertura vegetal nativa restantes naquela vasta região hoje estavam limitadas às pequenas áreas indígenas Suruí, Cinta-Larga e Gavião, cercadas de todos os lados por madeiras famintas e pastagens vorazes.

Agora, vamos ali na aldeia Suruí, vamos ver o que está acontecendo lá dentro.

Pois é. Antes mesmo de ser demarcada, esta área indígena já estava retalhada no seu limite leste pelas "linhas" de colonização do INCRA - que, ignorando o lugar que pisava, distribuía títulos até no espaço. Diante dos conflitos envolvendo colonos e o povo Suruí, a velha e corrupta

FUNAI decidiu pelo reconhecimento do direito histórico desse povo a um pedaço de terra, hoje demarcada como área indígena Suruí. Só que tem um problema, os colonos deixaram sua herança: a terra agredida pela devastação e suas lavouras de café, pastagens que a FUNAI resolveu ampliar e incentivar o povo Suruí a manter.

Hoje, o povo Suruí tem uma boa dor de cabeça. Claro que só os que sobreviveram, porque 60% da população foi dizimada por surtos de doenças levadas pelo 'progresso' e pelos conflitos armados em que foram metidos. Alguns sobreviveram até mesmo ao projeto POLO-NOROESTE, aquele financiado pelo Banco Mundial, para o asfaltamento da BR 364.

Este recente episódio da nossa história moderna poderia ser acompanhado de uma centena de outros na mesma linha, com conseqüências tão graves quanto as aqui relatadas, mas o que queremos mostrar é o cenário de uma outra história, da luta e resposta que as comunidades indígenas têm dado à ameaça que pesa contra a natureza e nossa vida mesma.

Como assegurar regiões preservadas e garantir uma economia sustentável para nossas comunidades, diante da barbárie do progresso?

O que fazer com regiões tradicionais que foram agredidas ao ponto do grave comprometimento dos ecossistemas?

Vamos dar uma olhada no passado recente?

Histórico

Nos últimos anos, as 180 tribos indígenas brasileiras, localizadas em várias regiões do país, têm mantido uma grande campanha pela demarcação de seus territórios como forma de assegurar essas últimas regiões que ainda nos restam.

No entanto, o governo, através da FUNAI - Fundação Nacional do índio -, além de retardar este processo de reconhecimento e demarcação de nossas terras, tem demonstrado total incapacidade na definição de uma política indigenista capaz de assegurar aquelas áreas já demarcadas, e mesmo de apoiar iniciativas das comunidades no sentido de preservá-las ante o assédio das empresas madeireiras, mineradoras, garimpeiros e outras práticas predatórias.

Diante desse quadro, as comunidades indígenas vêm sendo submetidas a um intenso processo de dependência econômica, perda de seus recursos naturais, fauna e flora e, conseqüentemente, perda da qualidade de vida, antes assegurada por um habitat natural e base de uma economia sustentável, capaz de responder a todas as necessidades de cada tribo.

A degradação dessas áreas e o comprometimento desses habitats exigem mais do que a simples aplicação do conhecimento tradicional na sua recuperação. Implicando numa atualização tecnológica que nos possibilite dar uma resposta ágil e proporcional à intensidade com que são feitas as agressões.

Vida em Desequilíbrio

Dessas 180 tribos remanescentes no Brasil, mais de 30 grupos indígenas contam com apenas duas décadas de contato com a sociedade nacional, no entanto já tiveram sua vida bastante desequilibrada, como consequência do esvaziamento cultural e insistente negativa ao pleno respeito às suas tradições.

Neste breve tempo de convivência com a sociedade brasileira, tiveram suas práticas alimentares, sanitárias, arquitetura, e todo o acervo cultural violentamente agredido por um conhecimento técnico-científico que não tem admitido diálogo, impedindo qualquer troca de experiências. Esta impossibilidade de intercâmbio cultural tem um alto custo para nossas comunidades, além de sacrificar as últimas regiões naturais do país, sendo que entre estas se inclui a maior floresta tropical do planeta: a Amazônia.

Buscando o Diálogo

As comunidades indígenas, através de suas organizações, têm realizado o esforço de superação destas barreiras que nos impedem a apropriação de um conhecimento técnico científico, bem como a adaptação desse conhecimento a nossas práticas tradicionais voltadas para a defesa de nossos territórios, a partir de programas de formação de profissionais e capacitação de pessoal indígena em áreas específicas de interesse de cada comunidade. No entanto, o comprometimento das escolas, universidades, centros de formação técnico-científica com o modelo de ocupação e submetimento da Natureza não tem atendido a nossa expectativa, obrigando-nos à definição de um Programa Especial de Formação e Apoio a Pesquisas das Comunidades Indígenas, que se desenvolva em conjunto com as Universidades, preservando o pensamento indígena e que venha a equilibrar conhecimento científico com práticas tradicionais indígenas.



Nos limites da Reserva Indígena Xavante de Pimentel Barbosa, a perigosa proximidade das fazendas de criação de gado.

PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO

Especificidades

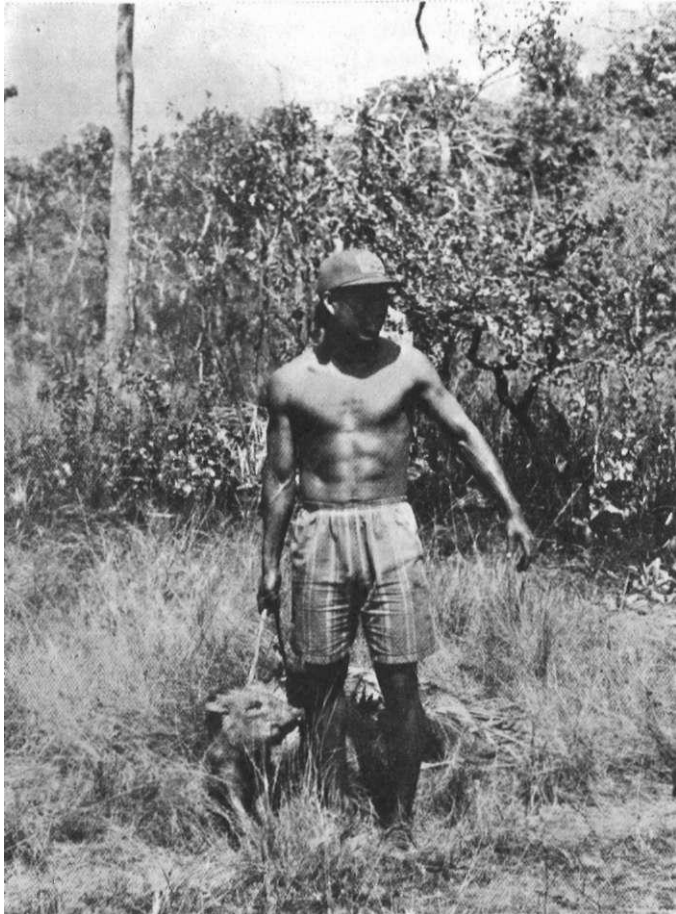
As características deste Programa de Formação, julgadas indispensáveis pelas comunidades indígenas, partem da urgência que temos em responder à grave realidade que atinge hoje grandes extensões do território nacional, tais como: desmatamento desordenado, atividade agrícola agressiva e predatória, empobrecimento das espécies nativas ameaçando inclusive o frágil equilíbrio do banco de germoplasma e alterando estruturas biológicas essenciais de vegetais e animais, muitos dos quais restritos ao conhecimento de nossas comunidades indígenas e de ocorrência também restrita a pequenas "ilhas" de cada região. O conhecimento desta especificidade de cada "nicho" ou habitat e a variedade de ambientes em que estão localizadas nossas reservas ou territórios, definiram a eleição das áreas de interesse inicial deste Programa, considerando três macro-regiões: Cerrado, Pré-Amazônia, Amazônia, como áreas de aplicação prática.

Macro-Região

Este Programa estará trabalhando com exemplos de cada macro-região, sendo uma reserva ou território indígena, a partir do envolvimento da comunidade local e da realidade específica, buscando influenciar a política pública do governo para as outras áreas indígenas desta e das outras macro-regiões e possibilitar o repasse deste mesmo conhecimento e prática para as populações regionais não-indígenas. A importância do repasse desses resultados fica ressaltada quando sabemos que somente o Cerrado corresponde a 24% do território nacional.

Comunidade Local

Cabe à comunidade local definir a área de atuação específica de seu interesse, resultando em projeto prático, a exemplo da recuperação de área degradada, com o replantio de espécies nativas - frutas, gramíneas e forrageiras - e a recomposição da fauna silvestre, em desenvolvimento desde 1987, em área piloto na região dos Cerrados, por este Programa.



No Cerrado, os Xavantes têm seu supermercado, farmácia, todo o abastecimento de suas necessidades básicas.

Intercâmbio

Cada Programa terá a participação direta das comunidades envolvidas através de bolsistas que estarão, ao mesmo tempo, buscando formação suplementar na Universidade e acompanhando o projeto de sua comunidade.

Formação Acadêmica

A pronta disposição da Universidade Católica de Goiás em acolher a proposta do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas - UNI -, assegurando com isto vagas extraordinárias para o primeiro grupo de pessoas indígenas já no primeiro semestre de 1989, possibilitou-nos o detalhamento de programas adaptados para os cursos de Direito e Biologia.

Programa Adaptado

A origem dos candidatos a esse programa de formação questiona a aplicação do sistema de exame seletivo de vestibular como acesso à Universidade, na medida em que nossos candidatos não irão se constituir em parte do mercado geral de profissionais, mas estarão voltados estritamente para o atendimento da demanda de suas comunidades. Exige também a adaptação do currículo de cada curso escolhido na Universidade para o atendimento aos objetivos estabelecidos no Programa. Nesse sentido, a UCG assegurou 5 vagas para o curso de Biologia, a título de extensão universitária, e 5 vagas para o curso de Direito, a título de graduação universitária, habilitando para o pleno exercício da profissão de advogado.

As adaptações curriculares realizadas asseguram a especialização em áreas de interesse específico, bem como instâncias de apoio ao Programa, tais como:

- Acompanhamento extra-sala de aula
- Ciclo de Seminários (coordenação conjunta UCG/UNI)
- Intercâmbio de Conhecimentos Tradicional/Interdisciplinares
- Estágio vinculado a Projetos de Campo (orientação do Centro de Pesquisa)
- Acréscimo de disciplinas extra-curriculares



Na base da formação dos jovens está o conhecimento profundo de seu *habitat* e dos complementos ecossistemas-equilíbrio.

Estágio/Projeto de Campo

A viabilização dessa parte do Programa exigiu o estabelecimento de um Centro de Pesquisa Indígena localizado próximo à Universidade, na capital do Estado de Goiás, Goiânia, que estará coordenando, em conjunto com as organizações indígenas, o desenvolvimento de cada estágio do programa de formação, bem como a sua manutenção, administração e avaliação.

Acompanhamento do Programa

Tanto a aplicação plena do Programa, quanto o seu suporte técnico extra-acadêmico será realizado pelo Centro de Pesquisa Indígena, através de suas respectivas unidades apropriadas - *Centro de Convivência, Laboratórios de Análises e Pesquisa, Departamento de Tecnologia de Alimentos e Mercado e Centro Experimental.*

Para os estudantes do curso de Direito será mantido estágio coordenado pela UCG e UNI através do Núcleo de Direitos Indígenas.

CENTRO DE PESQUISA INDÍGENA

Estrutura

O Centro de Pesquisa Indígena, como base de apoio ao Programa de Formação, deverá assegurar a plena articulação entre as várias fases deste Programa com as ações concretas no plano das atividades de pesquisa e aplicação dos conhecimentos adquiridos, além de dar suporte para a implementação dos 'projetos-pilotos' que estarão se desenvolvendo em cada área de origem de um dos bolsistas, a exemplo do já mencionado "Projeto Jaburu", em aplicação desde 1987, na Aldeia Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso.

A implementação do Centro de Pesquisa Indígena em Goiânia, próximo à Universidade, nos levou a buscar um lugar que pudesse acolher tanto a infra-estrutura técnica para apoio às várias etapas do Centro de Convivência, onde estarão localizados os bolsistas deste Programa. A importância de podermos manter os Bolsistas/Estudantes em local

adequado e vinculado fisicamente com o espaço onde será instalada a instância de apoio técnico (áreas experimentais, laboratórios, equipamentos de beneficiar frutos), é propósito em todo o conceito deste Projeto, além de condição para o cumprimento das seguintes etapas:

- 1) Atendimento ao Programa Extra-Acadêmico para os Bolsistas
- 2) Assegurar local para estabelecimento das Áreas Experimentais
- 3) Prever local para instalação dos Equipamentos para Beneficiamento dos Frutos
- 4) Implantação de áreas de Cultivo Experimental para posterior adaptação nas aldeias
- 5) Instalação de áreas Experimentais para Criação de Animais Silvestres em regime de semiliberdade.

Todas estas atividades se constituem em parte do Programa de Formação e aplicação dos conhecimentos adquiridos, sendo que seu desenvolvimento possibilita o fechamento do Circuito Universidade-Centro de Pesquisa Indígena-Aldeias de Origem aqui representado:

- Universidade
- Centro de Pesquisa
- áreas experimentais
- laboratórios
- departamento de Tecnologia de Alimentos
- Aldeia/Área Indígena
- Região do Cerrado
- Região da Pré-Amazônia
- Região Amazônica

Esta é a maneira como está conceituado o Programa Especial de Formação. Por necessidade de uma apresentação formal do projeto chegamos a este desenho. Mas é claro que este não é o único desenho possível. Ele continua sendo sonhado pelos nossos pajés, corrigido pelos parentes - seus autores.